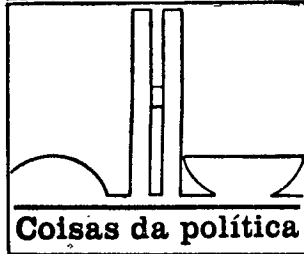


Luiz Orlando Carneiro

EM sua mensagem ao Congresso Nacional, de 1º de março deste ano, o presidente da República, como não poderia deixar de ser, deu ênfase à opção social como "a meta do futuro" e, em termos de ação presente, ao Plano Cruzado, tornando público na véspera. Quem ler a mensagem, encontrará lá a interpolação: "Fui obrigado ontem, na defesa da segurança econômica do país, a decretar as medidas mais graves do meu governo, criando uma nova moeda, extinguindo a correção monetária generalizada, congelando os preços e tomando outras providências de profundidade".



Coisas da política

O Plano Cruzado, com alguns percalços, aí está, mantendo ainda lá no alto a popularidade do presidente Sarney. O próprio Dieese, órgão sindical de estatística, reconheceu que os assalariados paulistas e cariocas trabalharam, em junho, 74 horas a menos, em comparação com fevereiro, para comprarem a cesta básica de alimentos.

Mas é curioso notar que na mensagem ao Congresso Nacional, no anexo sobre perspectiva e prioridades para 1986, o tema "justiça e segurança" não tenha merecido mais do que seis linhas, destacando-se o projeto "Mutirão contra a violência", lançado pelo ex-ministro Fernando Lyra, para o qual estavam previstos, para este ano,

recursos no valor de 1,1 trilhão de cruzeiros (1,1 bilhão de cruzados).

O aquecimento dos conflitos de terra e o espantoso incremento da violência urbana não eram, no início do ano, preocupações maiores na cabeça do Executivo. Mas a orquestração radical em torno da reforma agrária e os casos de descaso, descabro e impunidade na área da segurança pública — no Rio, Maranhão, Bahia, Alagoas e Rondônia — acabaram por levar o ministro da Justiça ao centro do palco.

O ministro Brossard — que é um liberal, mas que não pode transigir com o dismantelamento da ordem pública e com a característica do governador Brizola de tender a se desgarrar da Federação — falou em "interferência" para não ameaçar logo com intervenção federal não só o Rio, como outros estados em que os governos não vêm demonstrando maior interesse no combate para valer da criminalidade e da contravenção, alegando falta de verbas ou se apegando à bengala segundo a qual a criminalidade e a contravenção são filhas, apenas, da pobreza e da miséria.

A rebelião da Polícia Civil no Rio não é — como quer fazer crer o "caudilho" eleito por 1/3 dos fluminenses —, alimentada pelo Executivo federal. Quem frequenta o Palácio do Planalto ou o ministério da Justiça sabe que, até bem recentemente, o governo procurava não esclerosar os canais de comunicação com o palácio Guanabara. Mas o governador Brizola tem uma folha corrida daqueles que não sabem perder e que adoram, além de carneiros, bodes expiatórios. O ministro da Justiça, também gaúcho de briga e de estância — apesar de seu português castiço — passou a ser o bode expiatório preferido do governador

que não confia na luz própria daquele que quer ver seu herdeiro no Rio.

No último domingo, o ministro da Justiça reuniu, pela primeira vez, uma comissão antiviolência (16 pessoas de tendências várias), e vai reuni-la novamente, no dia 18. Vai continuar ouvindo e aconselhando, batendo, "monotonamente", na tecla das responsabilidades dos governos estaduais, sem deixar de lado propostas exequíveis, entre as quais certamente não está a de botar a Polícia Federal a serviço da repressão à criminalidade urbana. Sua linha é mais pedagógica do que coerciva. Mas não deixará de sugerir ao presidente que use a Constituição num caso extremo em que um governo estadual se mostre absolutamente incapaz de manter a ordem ou de zelar por um mínimo de segurança pública. (Calamidade pública, na Constituição, é "organizar a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente a seca e as inundações". Quando o ministro da Justiça, cercado pelos repórteres, fala em calamidade pública está fazendo uso de um eufemismo constitucional. A Constituição fala mesmo é de "pôr termo à perturbação da ordem ou ameaça de sua irrupção...", quando trata de intervenção federal).

O "mutirão contra a violência" de 1985 parece destinado a acabar. Não adianta prover de verbas organizações comunitárias ou "Comissões de Justiça e Paz" ou de "Direitos Humanos". O Executivo não deixará de colaborar com os governos estaduais, pragmática e efetivamente, no sentido de que é melhor enviar um carro de bombeiros ou um rabecão para um estado carente do que dinheiro para comprar as viaturas.

E aí vai uma história exemplar.

Há dias, chegou, candidamente, ao ministério da Justiça, um escritório da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Olinda e Recife prestando contas de como gastou a primeira parcela liberada, em fevereiro, nos termos do convênio assinado no âmbito do "mutirão contra a violência".

A Comissão recebeu Cz\$ 71.035,00, que foram gastos assim: um automóvel Volkswagen (Cz\$ 24.000,00); uma máquina fotográfica (Cz\$ 1.170,00); um aparelho videocassete (Cz\$ 16.900,00); um televisor (Cz\$ 6.290,00); um microfone (Cz\$ 2.155,00), uma caixa amplificadora (Cz\$ 621,70). Houve uma sobra de Cz\$ 13.679,03, dos quais Cz\$ 2.538,00 foram gastos com a arte final e ilustrações de uma cartilha, em forma de história em quadrinhos, intitulada "terra e violência".

A cartilha, longe de ser um breve contra a violência, tem passagens como estas:

"A situação de pobreza do povo brasileiro se dá, em grande parte, pela falta de terra. Afinal, sem ela, o homem não produz, nem tem onde estabelecer moradia para sua família. Esse problema é antigo, vem desde a época do descobrimento do Brasil, quando os portugueses tomaram as terras dos índios". (Ilustração: um "descobridor" na gávea do galeão gritando: "Terra para roubar à vista.")

"Para que os favelados não sejam expulsos (...) é necessária a organização do povo, é preciso que se discuta e se tome uma posição. E não basta se reunir na entidade. O povo deve se conscientizar, isto é, saber por que está se organizando para quando a polícia ou os capangas chegarem, todos tenham uma posição firme..."

Luiz Orlando Carneiro é diretor do JORNAL DO BRASIL em Brasília.